



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 52/XII/ 4.^a SL

Aos 22 dias do mês de abril de 2015, pelas 9 horas e 50 minutos, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

09:30 horas

- 1. Distribuição de iniciativas legislativas;**

- 2. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de Lei n.º 314/XII/4.^a (GOV) - "Estabelece o regime jurídico da emissão e transmissão entre Portugal e os outros Estados-Membros da União Europeia de decisões que apliquem medidas de proteção, transpondo a Diretiva n.º 2011/99/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de dezembro de 2011, relativa à decisão europeia de proteção"; Relatora: Deputada Teresa Anjinho (CDS-PP)**

- 3. Discussão e votação na especialidade das seguintes iniciativas legislativas:**
[Pacote terrorismo]
Proposta de Lei n.º 279/XII/4.^a (GOV) - Procede à vigésima segunda alteração ao Código de Processo Penal, atualizando a definição de terrorismo;

Proposta de Lei n.º 280/XII/4.^a (GOV) - Procede à sexta alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de outubro (Lei da Nacionalidade), fixando novos fundamentos para a concessão da nacionalidade por naturalização e para oposição à aquisição da nacionalidade portuguesa;

Proposta de Lei n.º 281/XII/4.^a (GOV) - Procede à segunda alteração à Lei n.º 101/2001, de 25 de agosto, que estabelece o regime jurídico das ações encobertas para fins de prevenção e investigação criminal, permitindo que sejam incluídos nas ações encobertas todos os ilícitos criminais relacionados com o terrorismo;

Proposta de Lei n.º 282/XII/4.^a (GOV) - Procede à quinta alteração à Lei n.º 5/2002, de 11 de janeiro, que estabelece medidas de combate à criminalidade organizada

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 52/XII/ 4.^a SL

e económico-financeira, de modo a abranger todos os ilícitos criminais relacionados com o terrorismo;

Proposta de Lei n.º 283/XII/4.^a (GOV) - Proceda à quarta alteração à Lei n.º 52/2003, de 22 de agosto (Lei de combate ao terrorismo), criminalizando a apologia pública e as deslocações para a prática do crime de terrorismo;

Proposta de Lei n.º 284/XII/4.^a (GOV) - Proceda à segunda alteração à Lei n.º 23/2007, de 11 de julho, que aprova o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional, modificando os fundamentos para a concessão e cancelamento de vistos e para a aplicação da pena acessória de expulsão;

Proposta de Lei n.º 285/XII/4.^a (GOV) - Proceda à terceira alteração à Lei n.º 49/2008, de 27 de agosto, que aprova a Lei de Organização da Investigação Criminal, de modo a abranger todos os ilícitos criminais relacionados com o terrorismo;

Proposta de Lei n.º 286/XII/4.^a (GOV) - Proceda à primeira alteração à Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto, que aprova a Lei de Segurança Interna, modificando a composição do Conselho Superior de Segurança Interna e a organização e o funcionamento da Unidade de Coordenação Antiterrorista;

Projeto de Lei n.º 797/XII/4.^a (PSD/CDS-PP) - Quinta alteração à Lei n.º 25/2008, de 5 de junho;

4. Nova apreciação do Projeto de Lei n.º 382/XII/2.^a (PSD) - Quinta alteração à lei n.º 37/81, de 3 de outubro (Lei da Nacionalidade) - estende a nacionalidade portuguesa originária aos netos de portugueses nascidos no estrangeiro;
5. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS que solicita a audição de várias entidades cuja área de intervenção está ligada à problemática em análise nos projetos de lei n.ºs 426/XII/2.^a (PCP), 778/XII/4.^a (PS) e 781/XII/4.^a (BE) [desaparecimento de pessoas e declaração de morte presumida];

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 52/XII/ 4.^a SL

6. Nova apreciação das seguintes iniciativas legislativas:

Projeto de Lei n.º 426/XII/2.^a (PCP) - Cria um regime especial de declaração de morte presumida em caso de naufrágio de embarcações de pesca;

Projeto de Lei n.º 778/XII/4.^a (PS) - Promove o célere pagamento de indemnizações e prestações sociais em caso de desaparecimento de pessoas em acidentes;

Projeto de Lei n.º 781/XII/4.^a (BE) - "Facilita a declaração de morte presumida em caso de naufrágio ou desaparecimento de embarcação";

7. Apreciação e votação de relatórios sobre iniciativas europeias;

8. Apreciação e votação de relatórios finais de petições;

9. Outros assuntos.

11:00 Horas

Audição da Ministra da Justiça, ao abrigo do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente, Deputado Fernando Negrão, procedeu-se à distribuição e comunicação das seguintes iniciativas legislativas:

N.º AUTOR	ASSUNTO	DECISÃO SOBRE Apreciação EM COMISSÃO OU EM PLENÁRIO
Projeto de resolução n.º 1402/XII/4. ^a (BE)	Recomenda ao Governo que reconheça o direito dos moradores dos bairros de Pinhal de Negreiros e Vendas de Azeitão à propriedade das suas casas	Deliberado solicitar junto da PAR a redistribuição da iniciativa à CAOTPL

N.º AUTOR	ASSUNTO	NOMEAÇÃO RELATOR DATA
Proposta de lei n.º 318/XII/4. ^a (GOV)	Define os objetivos, prioridades e orientações de política criminal para o biénio de 2015-2017, em cumprimento da Lei n.º 17/2006, de 23 de maio, que aprova a Lei-Quadro da Política Criminal	Deputado Jorge Lacão (PS)



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 52/XII/ 4.^a SL

Proposta de lei n.º 319/XII/4. ^a (GOV)	Procede à segunda alteração à Lei n.º 27/2006, de 3 de julho, que aprova a Lei de Bases da Proteção Civil.	Deputada Isabel Oneto (PS)
---	--	----------------------------

No segundo ponto da ordem do dia, procedeu-se à apreciação do parecer sobre a [proposta de lei n.º 314/XII/4.^a \(GOV\)](#) - Estabelece o regime jurídico da emissão e transmissão entre Portugal e os outros Estados-Membros da União Europeia de decisões que apliquem medidas de proteção, transpondo a Diretiva n.º 2011/99/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de dezembro de 2011, relativa à decisão europeia de proteção, que foi apresentado pela respetiva relatora, Senhora Deputada Teresa Anjinho (CDS-PP) e, no final, submetido a votação, aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

No terceiro ponto da ordem do dia, a propósito da discussão e votação, na especialidade, das iniciativas legislativas que integram o «pacote legislativo de combate ao terrorismo» - propostas de lei n.ºs [279/XII/4.^a \(GOV\)](#) - Procede à vigésima segunda alteração ao Código de Processo Penal, atualizando a definição de terrorismo; [280/XII/4.^a \(GOV\)](#) - Procede à sexta alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de outubro (Lei da Nacionalidade), fixando novos fundamentos para a concessão da nacionalidade por naturalização e para oposição à aquisição da nacionalidade portuguesa; [281/XII/4.^a \(GOV\)](#) - Procede à segunda alteração à Lei n.º 101/2001, de 25 de agosto, que estabelece o regime jurídico das ações encobertas para fins de prevenção e investigação criminal, permitindo que sejam incluídos nas ações encobertas todos os ilícitos criminais relacionados com o terrorismo; [282/XII/4.^a \(GOV\)](#) - Procede à quinta alteração à Lei n.º 5/2002, de 11 de janeiro, que estabelece medidas de combate à criminalidade organizada e económico-financeira, de modo a abranger todos os ilícitos criminais relacionados com o terrorismo; [283/XII/4.^a \(GOV\)](#) - Procede à quarta alteração à Lei n.º 52/2003, de 22 de agosto (Lei de combate ao terrorismo), criminalizando a apologia pública e as deslocções para a prática do crime de terrorismo; [284/XII/4.^a \(GOV\)](#) - Procede à segunda alteração à Lei n.º 23/2007, de 11 de julho, que aprova o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional, modificando os fundamentos para a



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 52/XII/ 4.^a SL

concessão e cancelamento de vistos e para a aplicação da pena acessória de expulsão; [285/XII/4.^a \(GOV\)](#) - Procede à terceira alteração à Lei n.º 49/2008, de 27 de agosto, que aprova a Lei de Organização da Investigação Criminal, de modo a abranger todos os ilícitos criminais relacionados com o terrorismo; e [286/XII/4.^a \(GOV\)](#) - Procede à primeira alteração à Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto, que aprova a Lei de Segurança Interna, modificando a composição do Conselho Superior de Segurança Interna e a organização e o funcionamento da Unidade de Coordenação Antiterrorista; e [projeto de Lei n.º 797/XII/4.^a \(PSD/CDS-PP\)](#) - Quinta alteração à Lei n.º 25/2008, de 5 de junho -, o Senhor Deputado Jorge Lacão (PS) suscitou o adiamento da votação do projeto de lei n.º 797/XII/4.^a, com o propósito de serem solicitados pareceres sobre o tema, tendo a Senhora Deputada Teresa Anjinho (CDS-PP) e o Senhor Deputado Carlos Abreu Amorim (PSD) declarado nada terem a opor ao adiamento.

No que se refere à proposta de lei n.º [280/XII/4.^a \(GOV\)](#), em relação à qual fora apresentada uma proposta de substituição conjunta do PSD e do CDS-PP, que a associara ao [projeto de Lei n.º 382/XII/2.^a \(PSD\)](#), por estarem em causa duas alterações à Lei da Nacionalidade, entendeu o Senhor Deputado Jorge Lacão (PS) que tal agregação não fazia sentido, uma vez que o projeto de lei em questão nada tinha a ver com a matéria do terrorismo. O Senhor Deputado Hugo Velosa (PSD) esclareceu que o objetivo era tão-só o de transformar duas alterações numa texto única de alteração da Lei da Nacionalidade, argumento com que não mereceu a concordância do Senhor Deputado Jorge Lacão (PS) por considerar que, mais do que uma razão prática, estava em casa uma questão política, razão pela qual se procedeu ao adiamento, para a reunião seguinte, da votação dessas duas iniciativas legislativas.

Procedeu-se igualmente ao adiamento da discussão e votação, na especialidade, das propostas de lei n.ºs [283/XII/4.^a \(GOV\)](#), [284/XII/4.^a \(GOV\)](#) e [286/XII/4.^a \(GOV\)](#), uma vez que deram entrada propostas de alteração que suscitaram algumas dúvidas em termos de redação final.

Em suma, das nove iniciativas legislativas que integravam o «pacote legislativo de combate ao terrorismo», procedeu-se à discussão e votação, na especialidade, as propostas de lei n.ºs [279/XII/4.^a \(GOV\)](#) - Procede à vigésima segunda alteração ao



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 52/XII/ 4.^a SL

Código de Processo Penal, atualizando a definição de terrorismo; [281/XII/4.^a \(GOV\)](#) - Procede à segunda alteração à Lei n.º 101/2001, de 25 de agosto, que estabelece o regime jurídico das ações encobertas para fins de prevenção e investigação criminal, permitindo que sejam incluídos nas ações encobertas todos os ilícitos criminais relacionados com o terrorismo; [282/XII/4.^a \(GOV\)](#) - Procede à quinta alteração à Lei n.º 5/2002, de 11 de janeiro, que estabelece medidas de combate à criminalidade organizada e económico-financeira, de modo a abranger todos os ilícitos criminais relacionados com o terrorismo; e [285/XII/4.^a \(GOV\)](#) - Procede à terceira alteração à Lei n.º 49/2008, de 27 de agosto, que aprova a Lei de Organização da Investigação Criminal, de modo a abranger todos os ilícitos criminais relacionados com o terrorismo.

As referidas propostas de lei, da iniciativa do Governo, baixaram à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias em 6 de março de 2015, após aprovação na generalidade.

Foram solicitados pareceres escritos às seguintes entidades: Conselho Superior da Magistratura, Conselho Superior do Ministério Público e Ordem dos Advogados.

Encontravam presentes todos os Grupos Parlamentares, à exceção do PEV, **foram aprovados por unanimidade dos presentes todos os artigos constantes da iniciativa legislativa em apreciação.**

No debate que antecedeu a votação, intervieram as Senhoras e os Senhores Deputados Jorge Lacão (PS), Hugo Velosa (PSD), Teresa Anjinho (CDS-PP) e António Filipe (PCP) e Cecília Honório (BE).

No quinto ponto da ordem do dia, procedeu-se à apreciação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, solicitando a audição de várias entidades cuja área de intervenção está ligada à problemática em análise nos projetos de Lei n.ºs [426/XII/2.^a \(PCP\)](#) - Cria um regime especial de declaração de morte presumida em caso de naufrágio de embarcações de pesca; [778/XII/4.^a \(PS\)](#) - Promove o célere pagamento de indemnizações e prestações sociais em caso de desaparecimento de pessoas em acidentes; e [781/XII/4.^a \(BE\)](#) - Facilita a declaração de morte presumida em caso de naufrágio ou desaparecimento de embarcação. Após um breve debate,



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 52/XII/ 4.^a SL

em que intervieram os Senhores Deputados Luís Pita Ameixa (PS), Maria Paula Cardoso (PSD) e António Filipe (PCP), o requerimento foi aprovado por unanimidade, na ausência do PEV, e, por consequência, foi adiado o ponto seguinte da ordem do dia (ponto 6), relativo à nova apreciação dos projetos de lei n.ºs [426/XII/2.^a \(PCP\)](#), [778/XII/4.^a \(PS\)](#) e [781/XII/4.^a \(BE\)](#).

Não havendo lugar à apreciação de relatórios sobre iniciativas europeias, passou-se à apreciação do relatório final da petição n.º [466/XII/4](#), na qual se solicita a reabertura da comissão de inquérito sobre o «caso dos submarinos» - carta aberta sobre o arquivamento do processo dos submarinos (Rui Martins/10342 assinaturas), que foi apresentado pelo respetivo relator, Senhor Deputado Carlos Abreu Amorim (PSD) e, no final, submetido a votação, foi aprovado por unanimidade, na ausência do PEV.

Após uma curta interrupção, o Senhor Presidente deu início à audição da Senhora Ministra da Justiça, Dr.^a Paula Teixeira da Cruz – que se fez acompanhar do Senhor Secretário de Estado da Justiça, Dr. António Costa Moura -, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República.

A Senhora Ministra da Justiça proferiu uma intervenção inicial e, de seguida, as Senhoras e os Senhores Deputados Luís Pita Ameixa (PS), Carlos Abreu Amorim (PSD), Teresa Anjinho (CDS-PP), António Filipe (PCP) e Cecília Honório (BE) colocaram questões, às quais a Senhora Ministra, coadjuvada pelo Senhor Secretário de Estado, respondeu individualmente.

Numa segunda ronda intervieram as Senhoras e os Senhores Deputados Luís Pita Ameixa (PS), Paulo Simões Ribeiro (PSD) e Cecília Honório (BE), aos quais a Senhora Ministra respondeu em conjunto. Usaram ainda da palavra, sob a forma de interpelação à Mesa, a Senhora Deputada Teresa Leal Coelho (PSD) e os Senhores Deputados Luís Pita Ameixa e José Magalhães (PS) e, por fim, a Senhora Ministra da Justiça.

A audição foi gravada em [vídeo](#) e transmitida em direto pelo Canal Parlamento, constituindo a gravação parte integrante desta *ata*, o que dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.



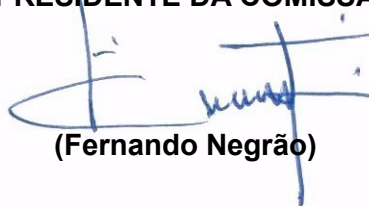
COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 52/XII/ 4.^a SL

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 14 horas e 10 minutos, dela se tendo lavrado a presente *ata*, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 22 de abril de 2015

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,



(Fernando Negrão)



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E
GARANTIAS**

ATA NÚMERO 52/XII/ 4.^a SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Andreia Neto
António Filipe
Cecília Honório
Fernando Negrão
Filipe Neto Brandão
Francisca Almeida
Hugo Velosa
Isabel Alves Moreira
Isabel Oneto
João Lobo
Jorge Lação
José Magalhães
Luís Pita Ameixa
Maria Paula Cardoso
Paulo Rios de Oliveira
Paulo Simões Ribeiro
Teresa Anjinho
Teresa Leal Coelho
Carlos Abreu Amorim

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

António Gameiro
Hugo Lopes Soares

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Peixoto
José Luís Ferreira
Telmo Correia